Relatório da diretoria - Srs. acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias submetemos ao exame de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos periodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Desde já nos colocamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Cumarú do Norte-PA, 31 de dezembro de 2020.

BALANÇO PATRIM	ONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		
	ATIVO	2000	2000
		2020	2019
	Nota	2 002 545	* 000 034
CIRCULANTE		2.092.646	1.906.821
Disponível	4	. 39	39
Outros créditos	5	308.503 1.784.104	122.678
Estoques - Ativo biológico	<u>6</u>	1.784.104	1.784.104
NÃO CIRCULANTE		32.642.918	31.261.359
Realizável a longo prazo	2	23.835.731	21.490.889
Imobilizado	8	8.807.187	9.770.470
Intangível	9		
TOTAL DO ATIVO		34.735.564	33.168.180
	PASSIVO		
		2020	2019
	Nota		
CIRCULANTE		252.087	244.303
Empréstimos e Financiamentos	10	42.125	43.040
Fornecedores	11	29.689	28.856
Obrigações fiscais e sociais	12	121.249	103.383
Outras Obrigações	<u>13</u>	59.024	69.024
NÃO CIRCULANTE		774.728	607.723
Empréstimos e Financiamentos	<u>14</u>	241.311	
Obrigações fiscais e sociais	<u>15</u>	533.417	607.723
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.708.749	32.316.154
Capital social	<u>16</u>	60.839.613	60.839.613
Prejuízos acumulados		(27.130.864)	(28.523.459
TOTAL DO PASSIVO		34.735.564	33.168.180
As notas explicativas são parte	integrante das demonstrações financeiras. ADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO		
DEIVIONS TRAÇÃO DO RESOLT			
	Nota	2020	201
(-) Despesas administrativas	<u>17</u>	(998.750)	(1.157.218
Resultado Antes do Resultado Financeiro		(998.750)	(1.157.218
(-) Receitas Financeiras	<u>18</u>	2.453.144	2.467.57
(-) Despesas Financeiras	<u>18</u>	(61.124)	(49.17:
Resultado Líquido das Operações Continuadas		1.393.270	1.261.188
Resultado líquido do período		1.393.270	1.261.18
	integrante das demonstrações financeiras		





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO	7 FAIRING EIQUIDO	PREJUÍZOS	
	CAPITAL SOCIAL	ACUMULADOS	TOTAL
	60.839.613	(29,742,239)	31.097.374
m 31/12/2018	00.033.013		
UUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(42.408)	(42.408)
aldo Inicial em 31/12/2018 Ajustado	60.839.613	(29.784.647)	31.054.966
ESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.261.188	1.261.188
ESOCIADO EIGOIDO DO EXERCICIO			
m 31/12/2019	60.839.613	(28.523.459)	32.316.154
UUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(675)	(675
aldo Inicial em 31/12/2019 Ajustado	60.839.613	(28.524.134)	32.315.479
UCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.393.270	1.393.270
		(07 420 054)	33.708.749
As notas explicativas são parte integrante	60.839.613		33.708.749
As notas explicativas são parte integrante DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAI	XA - MÉTODO INDIRETO		
DEMONSTRAÇÃO DO FEDRO DE CAL	AN INCIDENCE MICHAEL		
		2020	2019
. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		1.393.270	1.261.188
.1 Resultado Líquido do Exercício			967.152
Encargos de depreciação e amortização		963.283	(42,408
Ajuste de Exercícios Anteriores		(675)	2.185.932
Resultado Líquido Ajustado		2.355.878	2.185.932
2 Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades Operacionals			
Aumento dos adiantamentos à fornecedores		(185.825)	(60.102
Redução no realizável a longo prazo		108.302	
Acréscimo das contas a pagar à fornecedores		834	
Diminuição das contas a pagar à fornecedores			(8.304
Aumento das obrigações fiscais e sociais		17.866	28.463
Diminuição das obrigações trabalhistas			(1.680
Diminuição das contas a pagar diversas		(10.000)	(22.644
Aumento das obrigações fiscais e sociais de longo prazo			45.746
Diminuição das obrigações fiscais e sociais de longo prazo		(74.306)	
Total das variações de ativos e passivos		(143.129)	(18.52)
		2.212.749	2.167.41
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		2,222,732	
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos de empréstimos bancários		42.125	43.04
Pagamento de empréstimos bancários		(43.040)	(14.97)
Recebimento de Empréstimos de terceiros		236.500	(1.712.99
Pagamento de Empréstimos de terceiros		(17.104)	1.984.41
Juros sobre empréstimos de terceiros		21.914	
Juros recebidos dos empréstimos à terceiros		(2.453.144)	(2.467.57
Juros recepidos dos emprestimos a tercenos			
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(2.212.749)	(2.168.09
4. Resumo			
Disponibilidades - saldo no início do período		39	71
2. Aumento (redução) das disponibilidades (1 + 2 + 3)			(67
5. Saldo Final das Disponibilidades		39	3
J. Jaido i mai das Sispomonidades	e das demonstrações financeir	26	-





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. Contexto operacional

A sociedade, localizada no Estado do Pará, foi constituída em 1978, tendo como objetivo social a exploração de atividades agropecuárias e agroindustriais, podendo beneficiar e industrializar produtos da terra ou derivados de carne e animais, explorar matadouros e frigoríficos, de dedicar-se ao reflorestamento e ao beneficiamento de madeira, assim como a exploração de produtos dela derivados, inclusive serrarias, bem como a importação e a exportação, podendo também participar de outras sociedades.

Os acionistas estão comprometidos em aportar capital na eventual necessidade de suprimentos de caixa da companhia.

 Apresentação das demonstrações contábeis
 As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão sendo apresentadas em Reais (RS) e foram aprovadas pela administração no dia 27 de junho de 2021. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Todos os centavos foram eliminados das demonstrações.

3. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A empresa considera equivakente a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente qualifica-se como equivalente de ciaxa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Os demais investimentos com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

3.2. Tributos a Recuperar e Compensar

Referem-se aos tributos passíveis de recuperação ou compensação de acordo com a legislação vigente. Compõem-se substancialmente dos seguintes tributos:

Imposto de Renda Retido na Fonte: IRRF;

Programa de Integração Social - PIS;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

Também podem fazer parte deste grupo tributos pagos em duplicidade ou a maior, além dos impostos compensáveis decorrentes de investimentos em aplicações de renda fixa e variável, como, por exemplo, o IRRF.

3.3. Outros Créditos e Despesas Antecipadas

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos sócios e fornecedores.

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos nelo fornecedor

As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo beneficios ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

3.4. Ativo Biológico - CPC 29
U estoque do rebanno bovino e avaliado ao preço de mercado, e a diferença entre esse valor e o custo e contabilizado no resultado como receita de pauta ou redução de pauta (Receita de valorização do gado).



3.5. Imobilizado - CPC 27

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no

As taxas de depreciação estimadas para os períodos correntes estão demonstradas na composição do ativo imobilizado na nota explicativa nº 8

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Intangivel - CPC 04

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as demonstradas na nota explicativa nº 09. Para os intangíveis com vida útil infinita, procedese apenas com o cálculo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.7. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros Os ativos decorrentes de empréstimos a terceiros foram atualizados monetariamente pela variação da TJLP mais juros de 6% ao ano. Os créditos de acionistas foram atualizados monetariamente pela variação da TJLP mais juros de 0,5% ao mês.

3.8. Fornecedores - CPC 12

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

3.9. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é apurado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as bases que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é

apurada pela aliquota de 9%. As receitas tributáveis foram reconhecidas pelo regime de competência. A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as aliquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de suspensão ou redução, de acodo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade não-cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os passivos decorrentes de obrigações fiscais e sociais parceladas foram atualizados com juros da taxa Selic e multas de mora.

3.10. Obrigações Trabalhistas e Sociais

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e provisiona os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

3.11 Adjantamento de Clientes

Os adiantamentos de clientes representam recebimentos antecipados à venda de mercadoras ou prestação de serviço e que representam uma obrigação de entregar a mercadoria pela empresa. Caso contrário, tais obrigações se convertem em débitos financeiros a serem



3.12. Receitas - CPC 47

A receita de vendas da empresa é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.13. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem

31.12.2020	31.12.2019
39	39
39	39
31.12.2020	31.12.2019
245.928	60.103
245.928	60.103
11.088	11.088
51.069	51.069
62.157	62.157
418	418
418	418
	1-1-1
308.503	122.678
,	
31.12.2020	31.12.2019
48.149	48.149
12.965	12.965
905.729	905.729
817.261	817.261
1.784.104	1.784.104
31,12,2020	31.12.2019
	0.000
337.281	
337.281	
58.621	
23.286.035	21.385.889
1.632	
33.656	
1.601	
328	
63	
5.267	
1.600	
1.440	
	105.000
	21,490,889
	21.490.889
25.0551752	
	39 39 39 31.12.2020 245.928 245.928 11.088 51.069 62.157 418 418 308.503 31.12.2020 48.149 12.965 905.729 817.261 1.784.104 31.12.2020 337.281 337.281 58.621 23.286.035 1.632 23.3656 1.601 328 63 5.267 1.600 1.896



8. Imobilizado

Bens Imóveis - Conta 120301

31.12.2019 31.12.2020 TAXAS MÉDIAS ANUAIS CUSTO DEPRECIAÇÃO LÍQUIDO LÍQUIDO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS DE DEPRECIAÇÃO HISTÓRICO ACUMULADA 453.797 453.797 453.797 Terras 198.459 198.459 198.459 0% Glebas 1.966.159 3.438.664 (1.610.052)1.828.612 4% Construções Civis 6.000,000 7.500.000 (1.800.000) 5.700.000 4% Fazenda Moju 1.000.006 5.000.000 (4.499.994) 500.006 10% Pastagens (7.910.046) 8.680.874 9.618.421 16.590.920 TOTAL

Bens Móveis - Conta 120302 31.12.2019 DEPRECIAÇÃO TAXAS MÉDIAS ANUAIS CUSTO LÍQUIDO LÍQUIDO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS ACUMULADA DE DEPRECIAÇÃO HISTÓRICO 1.406 1.671 10% Móveis e Utensílios (1.163) 763 1.244 25% 1.926 Computadores e Periféricos 2.915 (2.413) 2.169 4.582 TOTAL

Semoventes - Conta 120305 31.12.2019 TAXAS MÉDIAS ANUAIS CUSTO DEPRECIAÇÃO LÍQUIDO LÍQUIDO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS ACUMULADA DE DEPRECIAÇÃO HISTÓRICO 149.134 249.900 (125.756) 124.144 Animais para Reprodução 10% (125.756) 124.144 149.134 249,900 TOTAL TOTAL DO IMOBILIZADO

9. Intangível

reas e Patentes - Conta 120401

	31.12.2020			31.12.2019	
COMPOSIÇÃO DOS SALDOS	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Marcas e Patentes		19.342	(19.342)		-
TOTAL		19.342	(19.342)	-	-

31.12.2019 31.12.2020 10. Empréstimos e financiamentos Empréstimos e Financiamentos Bancários - Conta 210101 43.040 Banco Bradesco S/A 42.125 43.040 31.12.2020 31.12.2019 11. Fornecedores Fornecedores Nacionais - Conta 210201 26.040 26.874 Mercadorias 2.815 2.816 Serviços 28.856 29.689 31.12.2020 31.12.2019 12. Obrigações Fiscais e Sociais Obrigações fiscais - Conta 210301 56 56 IRRF a Recolher 174 174 CSRF a recolher 7 830 9.266 Parcelamento Pis 42.678 36.064 Parcelamento Cofins 20.726 17.514 Parcelamento IRRF 26.181 32.785 Parcelamento CVM 105,685 87.819 Obrigações sociais - Conta 210302 14.807 14.807 FGTS a recolher 757 Contribuição Sindical a recolher 15.564 15.564 121.249 103.383 Total das obrigações fiscals e socials:



			24 42 2222	31.12.2019
13. Outras obrigações			31.12.2020	31.12.2019
Seguros e outras contas a pagar - Conta 210503			59.024	69.024
Adm do Brasil Ltda.			59.024	69.024
14. Empréstimos e financiamentos - LP			31.12.2020	31.12.2019
De Partes Ligadas - Conta 1554				
Malharia Rebeca S/A			112.868	
Chapada da Prata S/A			108.014	
Tecblu - Tecelagem Blumenau S/A		-	20.429	-
		-	241.311	
15. Obrigações fiscais e sociais - LP			31.12.2020	31.12.2019
Obrigações Fiscais - Conta 220501				
Parcelamento Pis			4.942	12.045
Parcelamento Cofins			22.762	55.483
Parcelamento IRRF			11.054	26.945
Parcelamento CVM			41.596	60.187
Parcelamento Lei 13,496/2017 - PERT			453.063	453.063
Parcelamento Lei 13.430/2017			533.417	607.723
16. Capital social				2019
	2020	% Total	Quantidade	% Total
Tipo de Ações	Quantidade	76 10tal	Quantidade	76 TOTAL
Ordinárias	71.043.084	77,68%	6.161.712	23,18%
Total de ações ordinárias	71.043.084	77,68%	6.161.712	23,18%
Preferencials				
Classe A	12.598.958	13,77%	12.598.958	47,40%
Classe B	2.319.593	2,54%	2.319.593	8,73%
Classe C	5.498.072	6,01%	5.498.072	20,69%
Total de ações preferenciais	20.416.623	22,32%	20.416.623	76,82%
TOTAL	91.459.707	100,00%	26.578.335	100,00%
			31.12.2020	31.12.2019
17. Despesas administrativas Despesas Gerais Administrativas - Conta 4302				
Despesas com Pessoal				(10.792)
Servicos Terceirizados			(14.390)	(49.990)
Despesas Tributárias			(413)	(83.482)
Despesas Gerais			(983.947)	(1.012.954)
Despesas del als			(998.750)	(1.157.218)
				24 42 2040
18. Resultado Financeiro			31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras - Conta 430301			2 452 444	2 467 577
Juros ativos		20 Miles	2.453.144 2.453.144	2.467.577 2.467.577
Despesas Financeiras - Conta 430302		-	2,400,244	
Juros Passivos			(54.695)	(40.231)
Despesas Bancárias			(6.010)	(7.862)
IOF			(419)	(1.078)
IOF			(61.124)	(49.171)
		0	2 202 022	2.418.406
Resultado Financeiro Líquido		M	2.392.020	2.418.406
1 .		M		
/ /		12	W	

JARBAS GUIMARÃES JUNIOR
DIRETOR

FRANCISCO FERREIRA RAZ CONTADOR - CRC 76.905 - SP - T/PE

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente

CRC - RO Nº. 28 - CVM Nº 5843 - CNAI Nº 87

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Ilmos Srs. Diretores e Acionistas da COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM CUMARU DO NORTE -- PA.

Opinião

Examinei as demonstrações contábeis da COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Liquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA AGRO PASTORIL DO RIO TIRAXIMIM, em 31 de dezembro de 2020 e 2019. o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábe s adotadas no Brasil.

Base para opinião

Meu exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Minhas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Sou independente em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpri com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável,

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente CRC – RO №. 28 - CVM № 5843 – CNAI № 87

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Meus objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo minha opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas como base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exerci julgamento profissional e manti ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Obtive entendimento dos Controles Internos relevantes para auditoria e planejar procedimentos de auditoria apropriados és Demonstrações Contábeis, circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficiência dos Controles Internos da Entidade.
- Avaliou-se a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliei a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comuniquei-me com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das comunicações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identifiquei durante os meus trabalhos.

Forneci também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpri com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comuniquei todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente CRC – RO №. 28 - CVM № 5843 – CNAI № 87

consideravelmente, minha independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Velho - RO, 08 de outubro de 2021.

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA CRC – RO Nº. 000398/0-3

> ANTÔNIO ROCHA DE SOUZA Contador CRC - RO Nº. 00028/0-5